

CMN autoriza estados a refinanceir dívidas *Públicas*

BRASÍLIA — A crise financeira que está afetando os estados obrigou ontem o governo federal a flexibilizar os controles sobre as contas dos governadores. Na última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) deste ano, os estados foram autorizados a refinanceir por 20 anos suas dívidas com os bancos estaduais, e receberam permissão para suspender o resgate de suas dívidas mobiliárias e utilizar o dinheiro para capitalizar estes bancos, melhorando suas situações financeiras.

Estes bancos foram um dos grandes responsáveis pelo novo estouro da meta de expansão monetária em dezembro. Como eles vêm recorrendo constantemente aos empréstimos do Banco Central, para conseguirem fechar suas posições diárias de caixa, a média diária de assistência financeira de liquidez passou de R\$ 1,124 bilhão em 30 de novembro para R\$ 1,529 bilhão no dia 16 de dezembro, o que significa um crescimento de 36% em apenas 16 dias. Isto significou mais dinheiro sendo colocado no mercado do que pretendia o Banco Central, o que provocou um novo estouro da meta prevista para o último trimestre.

Diante disto, o CMN foi obrigado a solicitar novamente uma ampliação dos limites de emissão de reais, de R\$ 14,5 bilhões para R\$ 15 bilhões (+4%) no conceito de base monetária restrita, e de R\$ 77,3 bilhões para R\$ 80 bilhões (+3,5%) no conceito de base monetária ampliada.

Este último conceito engloba as diversas aplicações feitas em títulos públicos, enquanto o primeiro conceito refere-se apenas às cédulas e moedas emitidas pelo Banco Central mais os depósitos que os bancos mantêm no BC.

Habitação — O CMN acabou beneficiando também os mutuários interessados em financiamento habitacional, pois aumentou em cerca de 20% os limites de financiamento. O aumento foi decorrente da extinção, ontem, da Unidade Padrão de Financiamento (UPF). Antes da extinção, o CMN atualizava os valores pela correção da caderneta de poupança de julho até hoje, arredondando o resultado final.

Com isto, o limite máximo de financiamento, que era de 7.500 UPFs, é agora de R\$ 70 mil. Já o valor máximo do imóvel a ser financiado, que era de 14 mil UPF, aumentou para R\$ 140 mil.